



Centro de Liberdade Econômica
Mackenzie

2023



ÍNDICE MACKENZIE DE LIBERDADE ECONÔMICA ESTADUAL

Relatório Técnico

Indicador que mede o quanto as políticas dos estados e municípios foram capazes de apoiar pessoas a agirem na esfera econômica sem restrições. Auxilia na avaliação das condições para empreender nos diferentes estados brasileiros e o grau de interferência estatal.

Prof. Dr. Vladimir Fernandes Maciel
Prof. Dr. Ulisses Monteiro Ruiz de Gamboa
Prof. Ms. Julian Alexienco Portillo
Sr. Felipe Alves Achnitz
Sr. Gabriel Cardassi Grillo

Nov. 2023

São Paulo, Brasil

SUMÁRIO EXECUTIVO

O **Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE)** é um índice de natureza subnacional que tem como finalidade a comparação de jurisdições estaduais do Brasil a fim de fomentar o debate sobre a liberdade econômica e ambiente de negócios no Brasil por meio de elementos objetivos, assim como estimular a adoção de políticas públicas que ampliem a liberdade econômica, melhorem o ambiente de negócios e permitam maior crescimento e prosperidade da economia brasileira e de seus cidadãos.

Com base na metodologia do **Fraser Institute** no **Economic Freedom of North America**¹, o **IMLEE 2023** apontou ligeira melhoria do ambiente de negócios da maioria dos estados brasileiros, ainda sofrendo as consequências da pandemia da COVID-19. O ano base dos dados utilizados é 2021.

O que é o IMLEE?

É um indicador sintético que mede em que medida as políticas das UF (estados e municípios) e as suas conjunturas específicas foram, em 2021, capazes de apoiar a liberdade econômica - a capacidade dos indivíduos agirem na esfera econômica sem restrições indevidas. É um índice único no Brasil e que ajuda a avaliar as condições de se empreender nos diferentes estados brasileiros e o grau de interferência estatal.

O índice varia de zero (menos liberdade) a dez (mais liberdade) e é uma medida relativa de desempenho das unidades federativas. De acordo com estudo publicado sobre o IMLEE, em geral, as unidades federativas que se encontram no grupo de maior nível de liberdade econômica contam com maior PIB per-capita e menor informalidade no mercado de trabalho².

Resultados do Relatório 2023

A nota média do conjunto das unidades federativas do Brasil subiu para 4,38 ante 4,06 do relatório passado. É um aumento compatível com o ganho de algumas posições que o país obteve no **Economic Freedom of the World 2023 (EFW 2023)** do Fraser Institute e com o aumento geral das pontuações das jurisdições como consequência da disseminação da

¹ STANSEL, DEAN; JOSÉ TORRA; FRED MCMAHON. **Economic Freedom of North America 2016**. Vancouver: Fraser Institute, 2016.

² MACIEL, Vladimir et al. Brazilian States' Economic Freedom Index: Applying Fraser's Methodology for 2003–2016 Data. **Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 22, n. 3, p. 428-452, 2019.

vacinação e do começo da retomada das atividades em decorrência da pandemia da COVID-19 e das políticas para lidar com ela. Vale lembrar que o EFW 2023 foi elaborado também com base nos dados de 2023. O Gráfico 1 mostra a evolução do IMLEE de 2003 a 2021.

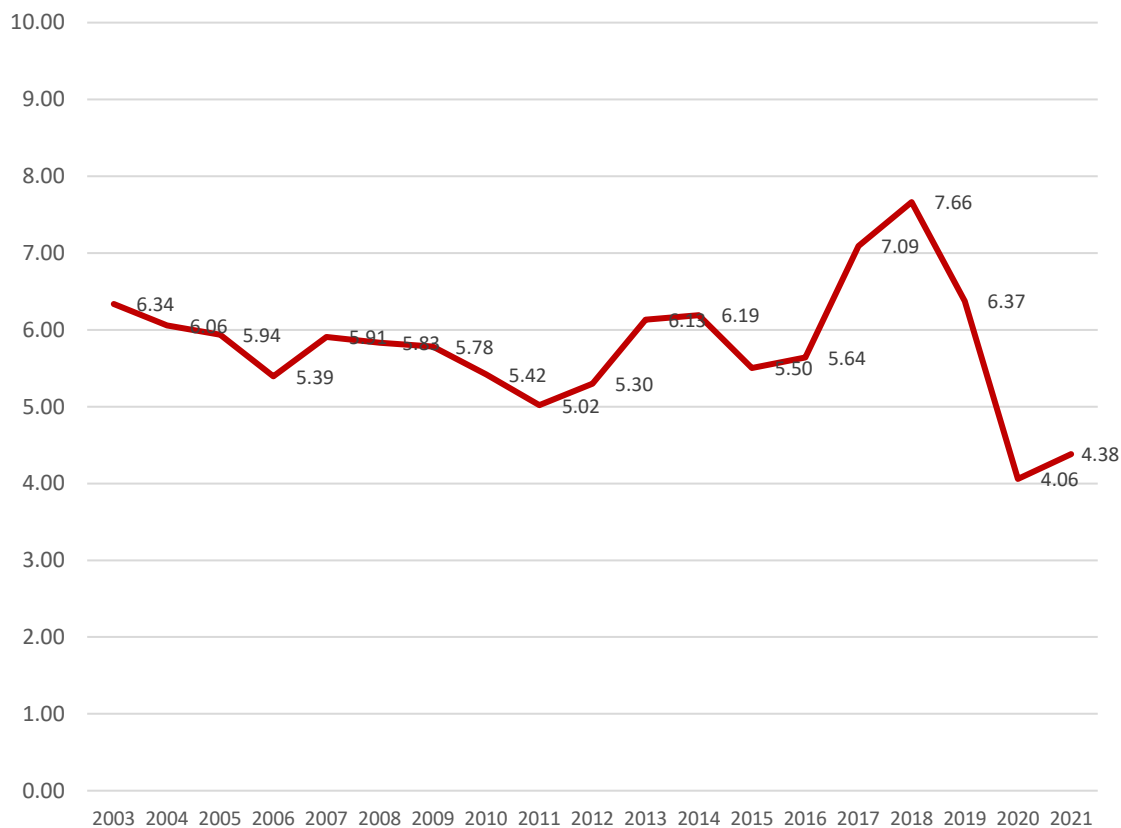


Gráfico 1: Evolução da média do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (2003-2021)

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Nos últimos anos da série história, o que se pode observar é que, em geral, a média das notas das UF caiu nos anos de recessão (2015-2016), agravando o ambiente local de negócios – muito disso é explicado pela queda na renda (que é utilizada como denominador em sete de nove componentes do índice). Em 2017 e 2018, a maior parte das unidades federativas aumentaram suas notas e, portanto, passaram a contar com melhor ambiente de negócios. Em 2019, porém – a despeito da expectativa com os governos estaduais e federal que tomaram posse – o desempenho em termos absolutos foi aquém das expectativas. Em 2020, frente à pandemia e às políticas públicas para lidar com ela, todos os estados pioraram como consequência. Em 2021, fruto da vacinação em massa e da distensão das medidas de isolamento, uma ligeira retomada da liberdade econômica se fez presente.

É sempre bom lembrar que o índice mede o grau de liberdade econômica de unidades da federação dentro um país cujo contexto de liberdade econômica é baixo. Ou seja, mesmo que uma determinada unidade da federação esteja numa boa posição no *ranking*, ainda assim as condições gerais de se fazerem negócios e empreender no Brasil são ruins. O Gráfico 2 mostra

as notas das unidades federativas em nesta edição de 2022 e a Figura 1 mostra o agrupamento das unidades por quintis da distribuição de valores.

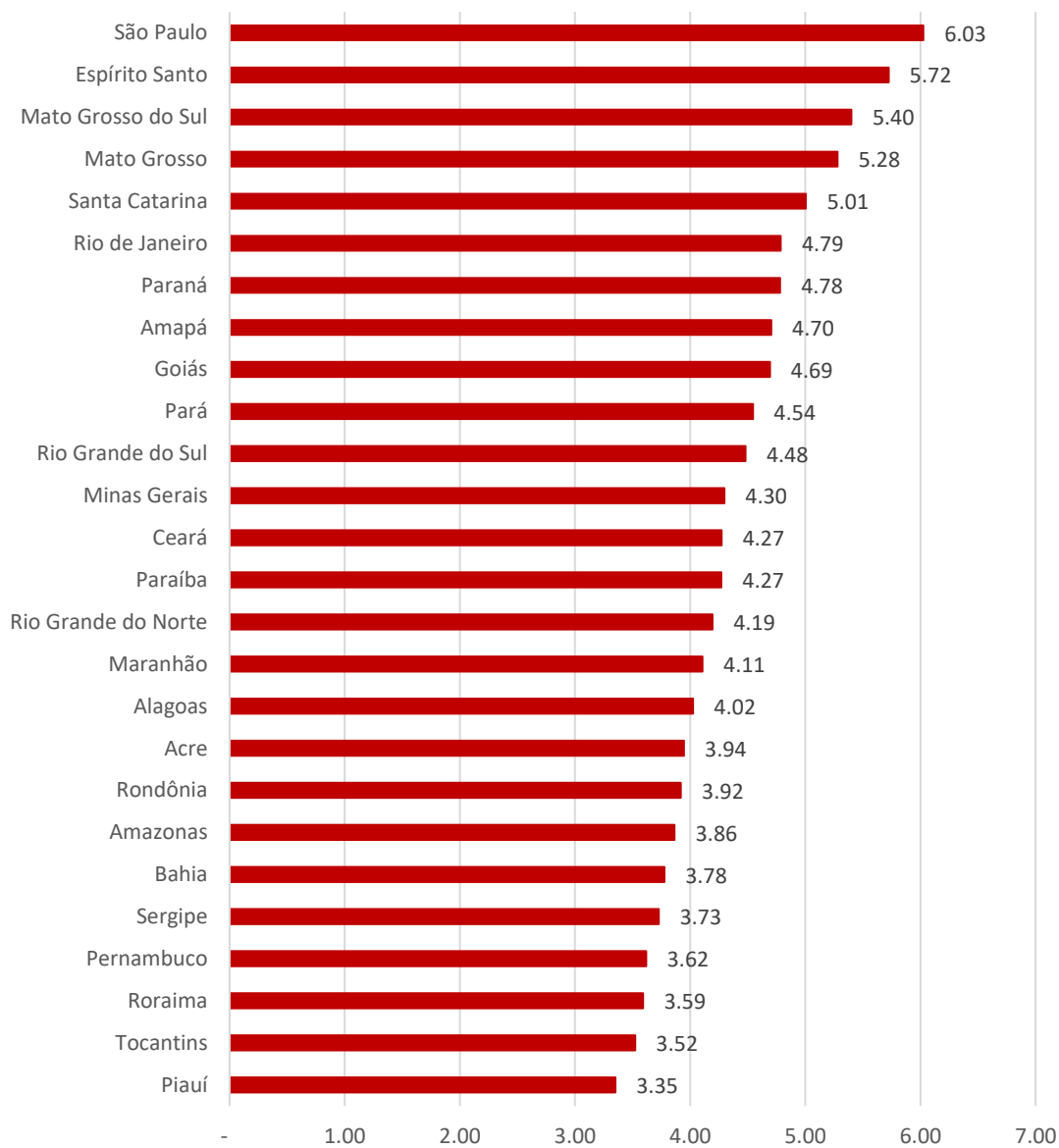


Gráfico 2: Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual 2023

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

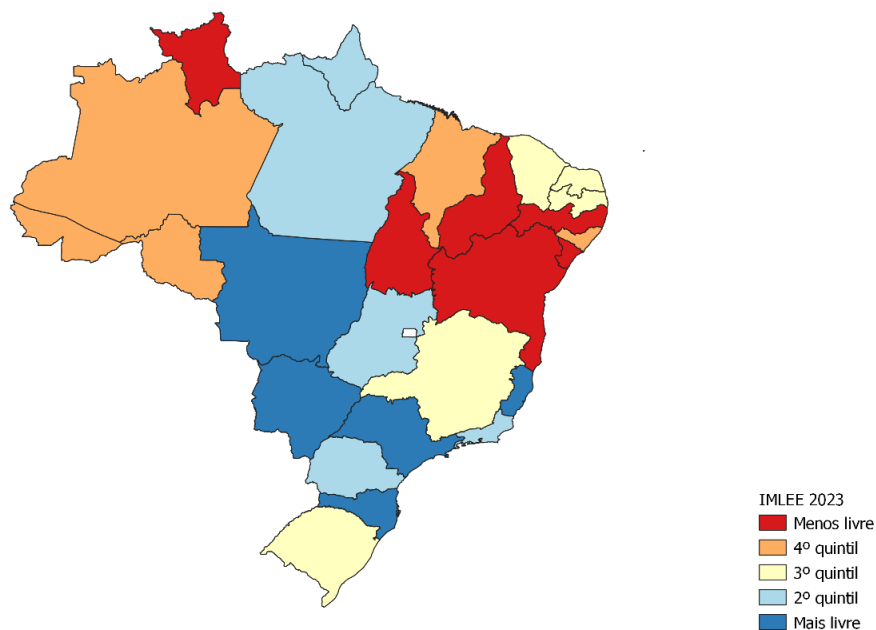


Figura 1: Representação cartográfica do IMLEE 2023 (em quintis)

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Ademais, cabe lembrar que a decisão de empreender em determinada localidade não leva em conta apenas o ambiente de negócios medido pelo IMLEE, mas também considera aspectos da burocracia local, infraestrutura e logística, tamanho de mercado consumidor etc.

Mato Grosso do Sul, Alagoas, Mato Grosso e Acre foram os estados que mais avançaram em relação a 2021. De outro lado, Pará, Ceará e Bahia foram os estados que mais tiveram desempenho inferior – ver Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução das notas padronizadas e compatibilizadas 2003-2021

NOME UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variaçã o 2003- 2021	Variaçã o 2020- 2021
Acre	5.84	6.05	5.98	5.52	6.13	5.74	6.29	4.74	4.05	5.01	5.59	5.65	4.29	4.79	6.51	7.15	5.96	3.11	3.94	-32.4%	26.7%
Alagoas	6.46	6.00	6.15	5.58	6.72	6.37	5.74	5.81	5.38	5.20	6.55	6.55	5.68	5.50	6.94	7.86	6.56	3.01	4.02	-37.7%	33.8%
Amapá	7.60	6.75	7.31	6.09	6.29	5.85	5.77	6.64	5.63	6.09	6.89	7.38	6.03	6.44	7.94	7.71	6.20	4.37	4.70	-38.1%	7.7%
Amazonas	4.70	4.70	4.84	4.31	4.52	4.22	4.74	4.01	3.50	3.51	4.81	4.90	4.34	4.88	7.37	7.15	5.81	3.66	3.86	-17.8%	5.7%
Bahia	6.24	5.73	5.71	5.21	5.91	5.90	5.95	5.47	4.89	5.31	6.34	6.38	5.68	5.97	7.65	7.52	6.85	4.37	3.78	-39.4%	-13.6%
Ceará	6.16	5.73	5.76	5.14	5.81	5.70	5.60	4.84	4.86	5.05	5.88	5.98	5.30	5.59	7.39	7.69	6.60	4.89	4.27	-30.6%	-12.7%
Espírito Santo	5.46	4.91	4.38	3.97	3.91	4.42	4.76	4.67	4.08	4.91	5.86	6.08	5.55	6.30	7.79	8.34	7.29	4.73	5.72	4.7%	20.9%
Goiás	6.08	5.93	6.07	5.16	6.13	6.00	5.79	5.58	5.52	5.67	6.32	6.32	5.81	5.54	7.42	7.84	6.13	4.22	4.69	-22.8%	11.1%
Maranhão	7.12	6.86	6.26	6.07	6.34	6.14	6.10	5.06	4.75	4.98	6.37	6.20	5.74	5.44	7.03	6.81	6.72	3.86	4.11	-42.3%	6.3%
Mato Grosso	6.52	6.46	6.16	5.57	5.73	6.71	6.27	6.10	5.70	5.69	6.71	6.76	5.30	4.81	6.54	7.57	5.52	4.09	5.28	-19.1%	29.0%
Mato Grosso do Sul	6.52	5.57	6.04	5.83	6.61	5.64	5.86	5.67	5.81	6.03	6.61	6.72	5.52	5.55	6.46	7.50	5.96	3.89	5.40	-17.1%	38.8%
Minas Gerais	6.11	5.76	5.68	5.24	5.63	5.54	5.86	5.38	4.73	5.23	5.93	5.94	6.02	5.29	6.89	7.26	7.12	4.50	4.30	-29.6%	-4.5%
Pará	6.43	7.28	7.03	6.33	6.85	6.57	6.32	5.74	5.78	5.79	6.36	6.29	5.62	5.90	7.50	8.20	7.13	4.82	4.54	-29.3%	-5.6%
Paraíba	6.35	6.11	5.95	4.80	5.78	5.96	5.85	4.93	5.07	5.42	6.27	6.29	5.91	6.23	7.63	7.77	6.69	3.59	4.27	-32.8%	18.9%
Paraná	7.16	6.97	6.66	6.17	6.76	6.61	6.34	6.54	5.54	5.51	6.34	6.35	5.90	5.46	6.75	7.33	6.71	4.70	4.78	-33.2%	1.8%

Pernambuco	6.30	6.18	5.87	6.06	6.10	6.08	5.92	6.23	4.87	5.34	5.81	6.26	5.28	6.10	7.41	7.58	6.79	3.59	3.62	-42.6%	0.7%
Piauí	8.02	7.36	7.17	6.03	7.28	7.17	6.87	5.81	5.80	6.45	7.14	6.84	5.48	5.79	6.34	6.96	5.45	2.69	3.35	-58.2%	24.5%
Rio de Janeiro	5.94	5.46	5.66	5.66	5.26	5.10	5.44	5.37	4.43	4.52	5.80	5.91	5.95	6.07	6.69	8.01	7.63	4.82	4.79	-19.4%	-0.7%
Rio Grande do Norte	5.82	5.72	5.52	4.39	5.23	5.69	5.24	4.97	4.84	5.42	5.73	5.83	5.26	5.98	7.09	7.66	6.60	3.92	4.19	-28.0%	7.1%
Rio Grande do Sul	5.93	5.73	5.57	5.00	5.69	5.75	5.49	5.44	4.72	5.02	5.71	5.81	5.32	5.72	6.61	7.10	7.07	4.37	4.48	-24.4%	2.6%
Rondônia	4.81	5.73	5.48	4.35	5.07	4.98	5.20	4.70	4.04	4.50	5.57	5.45	5.66	5.57	6.86	8.09	6.01	4.05	3.92	-18.5%	-3.3%
Roraima	7.36	6.89	5.85	5.92	6.36	6.63	6.05	5.69	6.05	5.85	6.34	6.89	5.49	5.37	7.25	8.92	5.69	3.64	3.59	-51.2%	-1.5%
Santa Catarina	6.53	5.90	5.87	6.39	6.75	6.62	6.42	6.05	5.60	5.68	6.38	6.51	6.58	6.32	7.00	7.63	6.85	4.88	5.01	-23.4%	2.5%
São Paulo	5.68	5.02	5.29	4.79	4.85	4.53	4.58	5.07	4.25	4.46	5.16	5.23	5.28	6.23	7.71	8.45	6.68	5.19	6.03	6.1%	16.1%
Sergipe	6.07	5.72	5.32	4.61	5.33	5.14	5.33	4.20	4.91	5.03	6.29	5.75	4.99	5.67	7.12	7.59	4.80	3.39	3.73	-38.6%	9.9%
Tocantins	7.56	7.00	6.80	6.06	6.50	6.60	6.62	6.21	5.64	6.11	6.67	6.72	5.12	4.15	6.55	7.55	4.93	3.16	3.52	-53.4%	11.3%

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Os estados perderam pontos recuperados após os anos de recessão de 2015 e 2016. O que é de se chamar atenção é que 2021 representou uma ligeira melhoria após a queda de 2020 que mudou bastante as posições relativas de várias unidades da federação.

Como o IMLEE é calculado?

Ele é composto pela média simples (mesma ponderação) de três dimensões:

- Dimensão 1: Gasto dos governos subnacionais (todos os municípios da UF somados com o respectivo governo estadual)
- Dimensões 2: Tributação nas unidades federativas (arrecadação do governo federal na UF acrescida das respectivas arrecadações dos governos estaduais e municipais por UF)
- Dimensões 3: Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho

As notas médias de cada dimensão se comportaram da seguinte forma:

- Gasto dos governos subnacionais: subiu para 6,50 ante 5,85 no relatório do ano passado;
- Tributação nas unidades federativas: caiu para 1,09 ante 1,30;
- Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho: subiu para 5,55 ante 5,02.

Neste relatório de 2023 (dados de 2021 – ver Tabela 2), São Paulo mantém a posição de liderança – como a unidade da federação que detém maior liberdade econômica. Seguem Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina detendo as melhores posições no ranking.

Além do Piauí, as últimas posições contam com Tocantins, Roraima, Pernambuco e Sergipe – isto é, figuram como os estados com menor grau relativo liberdade econômica.

Tabela 2 – Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual e seus componentes

NOME_UF	Gastos do Governo	Tributação	Mercado de Trabalho	IMLEE
Acre	5.88	1.99	3.96	3.94
Alagoas	5.89	0.00	6.19	4.02
Amapá	5.67	2.52	5.92	4.70
Amazonas	5.22	1.39	4.98	3.86
Bahia	6.17	0.24	4.91	3.78
Ceará	6.24	1.72	4.86	4.27
Espírito Santo	6.70	4.90	5.57	5.72
Goiás	7.58	0.06	6.43	4.69
Maranhão	6.06	1.87	4.40	4.11
Mato Grosso	6.82	0.00	9.01	5.28
Mato Grosso do Sul	6.81	0.00	9.40	5.40
Minas Gerais	6.61	0.85	5.43	4.30
Pará	5.85	2.41	5.38	4.54
Paraíba	6.29	1.23	5.30	4.27
Paraná	8.15	0.65	5.54	4.78
Pernambuco	5.47	0.33	5.05	3.62
Piauí	6.02	0.52	3.52	3.35
Rio de Janeiro	7.45	1.34	5.57	4.79
Rio Grande do Norte	6.80	1.21	4.57	4.19
Rio Grande do Sul	7.29	0.78	5.37	4.48
Rondônia	6.46	0.00	5.30	3.92
Roraima	6.07	1.08	3.62	3.59
Santa Catarina	7.96	1.42	5.63	5.01
São Paulo	7.20	1.84	9.04	6.03
Sergipe	6.17	0.00	5.01	3.73
Tocantins	6.15	0.00	4.41	3.52

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Dimensão 1: Gastos dos governos subnacionais

A Dimensão 1 avalia três indicadores relacionados às despesas do setor público:

- i. Consumo primário (custeio da máquina pública) dos governos de uma mesma unidade da federação (estado e todos os municípios de sua jurisdição);
- ii. Transferências e subsídios efetuados pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição;
- iii. Despesas previdenciárias e com pensões pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição.

Todos esses indicadores são calculados como percentual da renda estadual, cujo cálculo foi obtido por meio da renda bruta dos residentes das UF: a agregação de todos os rendimentos

recebidos pelas pessoas, divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) do IBGE – divulgação anual de 2021.

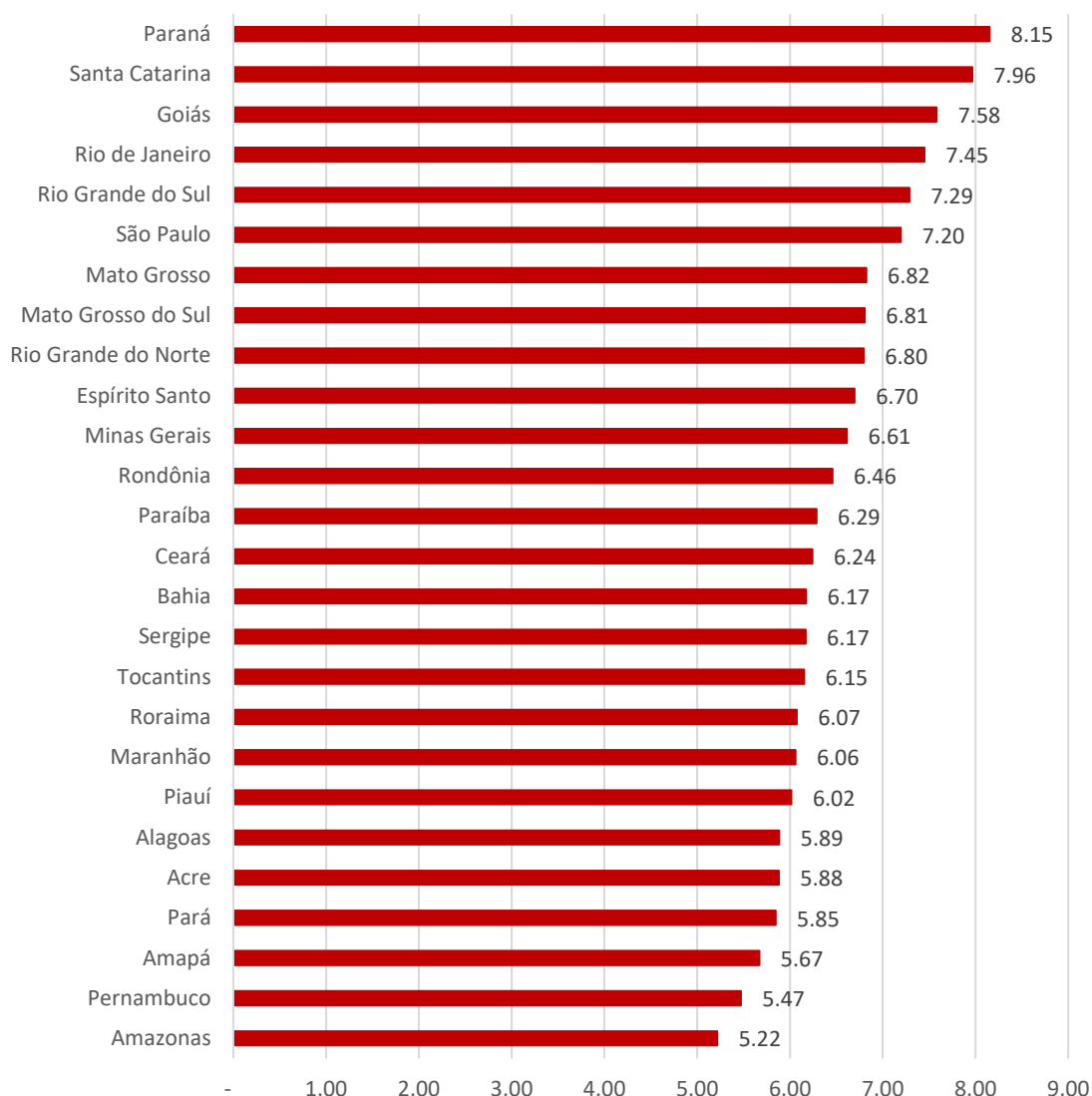


Gráfico 3: Dimensão 1 – Gastos dos governos subnacionais

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Ao longo do tempo, por meio do Gráfico 4, observamos que o pior momento dessa dimensão foi o ano de 2011 e o melhor foi o ano de 2018. 2021 apresentou melhoria em relação a 2020.

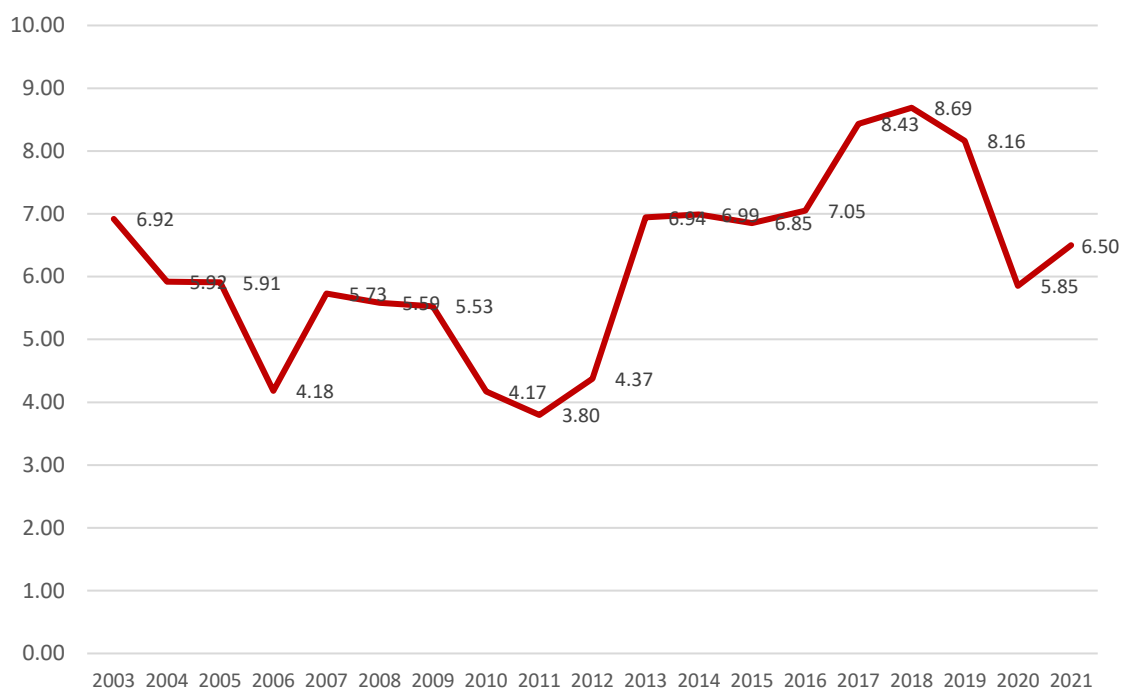


Gráfico 4: Evolução da média da Dimensão 1 – Gastos dos governos subnacionais (2003-2021)

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Vale notar que a natureza das despesas selecionadas não envolvem gastos de investimento dos governos, como obras de infraestrutura, por exemplo. São consideradas apenas as despesas de “consumo dos governos” e de transferências institucionais e pessoais.

Dimensão 2: Tributação nas unidades federativas

A Dimensão 2 mensura o peso tributário das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) em relação à renda bruta das famílias residentes numa mesma jurisdição estadual. Os indicadores adotados são:

- i. Impostos sobre a renda (Pessoa Física e Pessoa Jurídica – IRPF e IRPJ respectivamente);
- ii. Impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio (IPTU, ITR, ITBI, ITCMD, IPVA);
- iii. Tributos indiretos sobre produção e consumo de mercadorias e serviços (IPI, ICMS, ISS, PIS/COFINS).

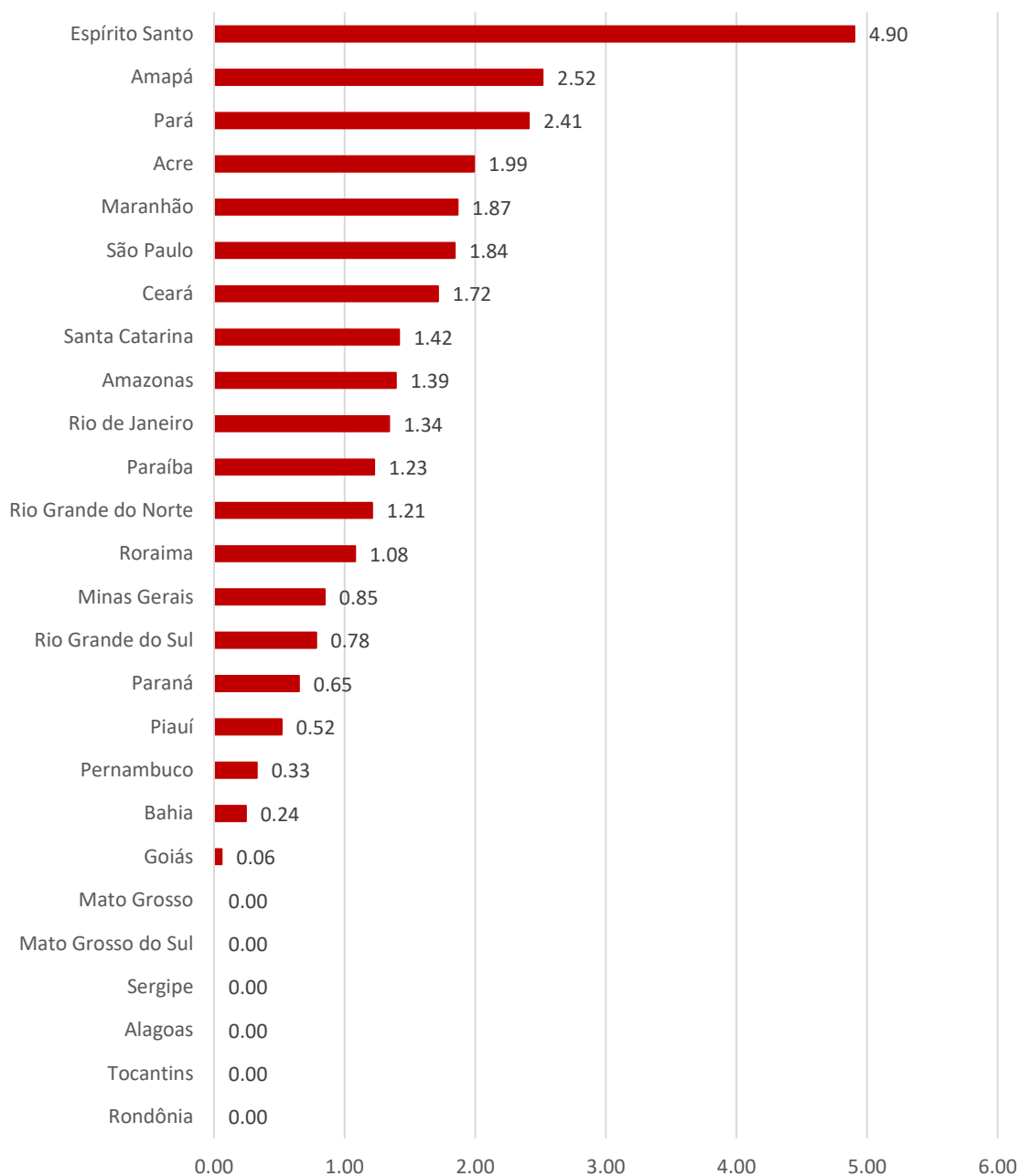


Gráfico 5: Dimensão 2 – Tributação nas unidades federativas

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

É possível perceber que, depois do pico de 2018, a média da dimensão 2 revela intensa queda desde 2019 e em 2021 encontra-se no pior valor da série histórica – ver Gráfico 6.

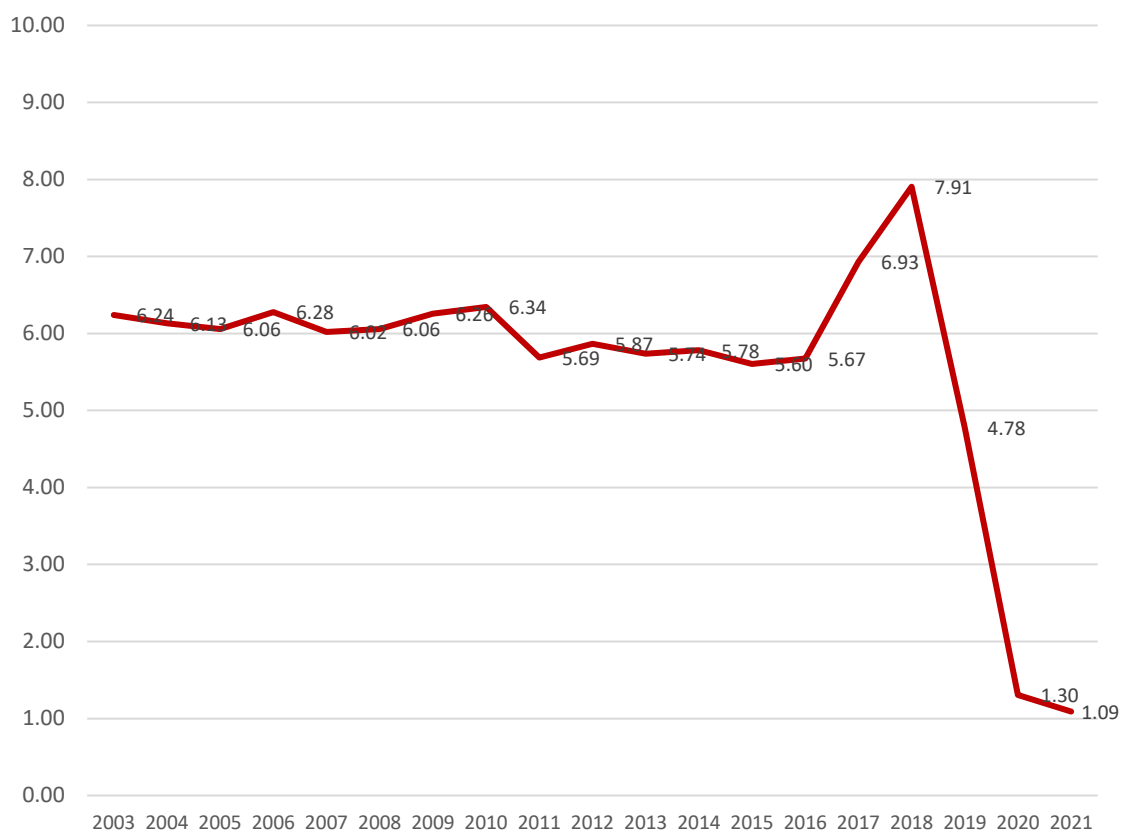


Gráfico 6: Evolução da média da Dimensão 2 – Tributação nas unidades federativas (2003-2021)

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Assim como na Dimensão 1, todos esses indicadores são calculados como percentual da renda estadual calculada por meio da PNAD/IBGE.

Dimensão 3: Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho

A dimensão 3 mede os aspectos relativos aos mercados de trabalhos estaduais, também por meio de três indicadores:

- i. Existências de leis sobre salário-mínimo – inclusive incluindo a existência de piso salarial estadual diferente do nacional – e seu valor relativo anualizado em termos da renda per-capita anual;
- ii. Emprego do setor público das três esferas na jurisdição (administração direta e indireta) como proporção do total do emprego estadual (formal e informal);
- iii. Densidade sindical – proporção do número de funcionários que são membros de sindicatos em relação ao total de empregados na UF³.

³ Calculado de acordo com o método adotado em Stansel et al. (2016), *op. Cit.*

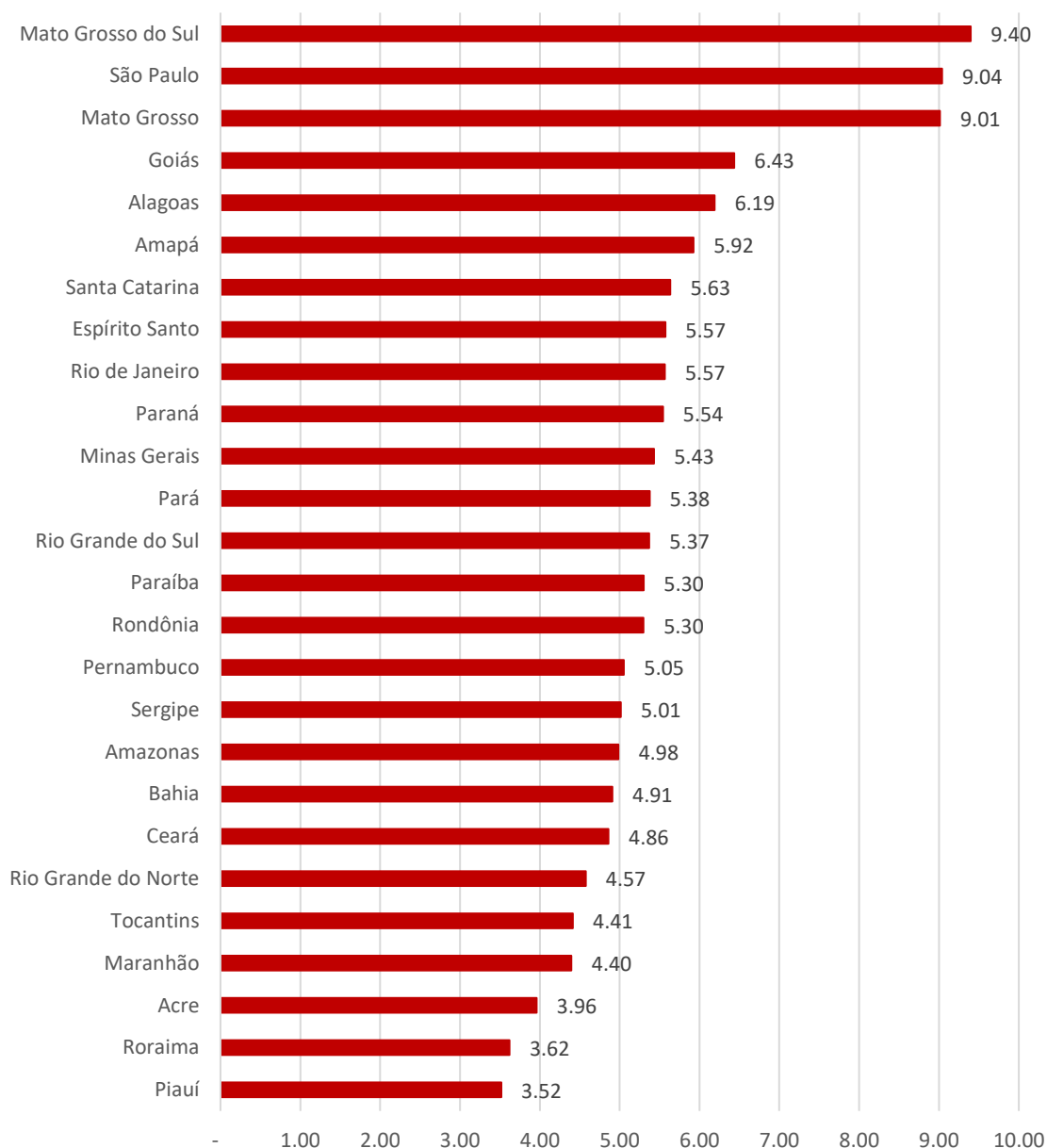


Gráfico 7: Dimensão 3 – Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

No tempo, a média da Dimensão 3 teve seus menores valores nos anos de 2015 e 2016. O maior valor foi alcançado em 2018. Em relação aos dois últimos anos, 2021 apresenta resultado superior a 2020 – ver Gráfico 8.

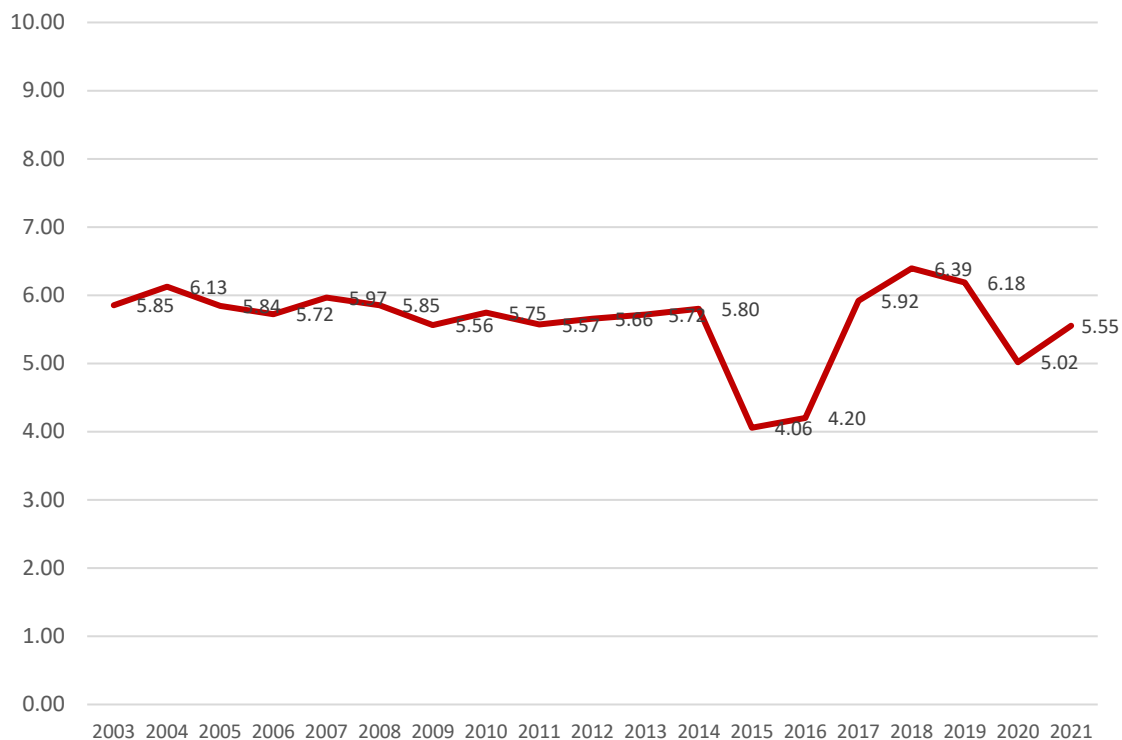


Gráfico 8: Evolução da média da Dimensão 3 – Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Em 2021, assim como em 2020, não houve coleta e divulgação por parte da PNAD/IBGE de informações adicionais sobre o mercado de trabalho – o que impossibilitou o cálculo da densidade sindical. Repetiu-se, neste caso, os mesmos valores calculados em 2019.

Informação relevante

Todas as fontes de dados foram oficiais: IBGE - PNAD, Secretaria do Tesouro Nacional - SICONFI, Receita Federal, Ministério do Trabalho – RAIS, além dos sítios eletrônicos e diários oficiais dos governos estaduais.

Equipe de pesquisadores responsáveis pela elaboração

Prof. Dr. Vladimir Fernandes Maciel

Coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados e da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Prof. Dr. Ulisses Monteiro Ruiz-de-Gamboa

Pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados e da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Prof. Ms. Julian Alexienco Portillo

Pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Felipe Alves Achnitz e Gabriel Cardassi Grillo

Alunos de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie e voluntários de pesquisa.